



Análise sumária da evolução das características estruturais das explorações agrícolas - Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016 -

A disponibilização pelo INE dos resultados do Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas (IEEA) de 2016 permite fazer uma análise da evolução das principais características estruturais das unidades de produção agrícola. Este inquérito tem 2015-2016 como ano agrícola de referência.

Com base na evolução dos resultados relativos às variáveis mais significativas dos Recenseamentos Agrícolas (RA) de 1999 e de 2009 e do Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas de 2013, assim como esta última atualização de 2016, pretende-se, com a presente nota, mostrar as tendências que a agricultura portuguesa vem evidenciando. Para certos indicadores, utilizaram-se ainda dados relativos ao Recenseamento Agrícola de 1989 e ao IEEA de 1993, 1995, 1997, 2003, 2005 e 2007.

I. ESTRUTURA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

A. Número de Explorações Agrícolas

O IEEA 2016 contabiliza 258 983 explorações, mantendo a tendência de evolução decrescente embora menos acentuada. Em 2016, há menos 5 436 explorações que em 2013 (taxa de variação -2,1%), menos 46 283 que em 2009 (-15,2%) e menos 156 986 que em 1999 (-37,7%). A taxa de crescimento médio anual do número de explorações, no período de 2013 a 2016, foi de -0,69%, o que refletiu um abrandamento face ao valor verificado no período de 2009 a 2013, que foi -3,53%.

A diminuição do número de explorações registou-se exclusivamente nas de pequena dimensão (cerca de 6 mil explorações desapareceram de 2013 para 2016 na classe das explorações com menos de 5 hectares de SAU). Nas classes de média dimensão (5 ha a 50 ha) e de grande dimensão (> 50 ha) registou-se um crescimento de 371 (0,6%) e 213 (2,0%) novas explorações, respetivamente.





A Região NUTS II da Área Metropolitana de Lisboa (AML) foi a que registou maior diminuição relativa do número de explorações, tanto no período 2009-2016 (-28,2%) como em 2013-2016 (-10,9%). Também as regiões do Centro (-17,2%) e Alentejo (-15,5%) tiveram uma perda significativa entre 2009 e 2016, o que não se verificou no período 2013-2016 na região Centro que teve um ligeiro aumento (0,9%), enquanto o Alentejo com uma variação de -5,5% registou o maior decréscimo logo a seguir à AML. Em termos absolutos, as maiores variações no período 2013-2016 verificam-se no Norte (-2 945 explorações) e no Alentejo (-2 061 explorações), cujos valores representam uma fatia significativa do total de decréscimo.

Nas Regiões Agrárias, a maior diminuição do número de explorações em termos relativos, no período 2013-2016, registou-se na Beira Interior (-5,8%), o que corresponde a menos 1 797 explorações. Em termos absolutos, destaca-se a região de Entre Douro e Minho, com a perda de 1 950 explorações (-4,7%). Pela positiva merecem destaque as regiões da Beira Litoral e do Algarve que, com taxas de variação de 2,9% e 1,5%, têm mais 1 106 e 172 explorações, respetivamente.

A região de Trás-os-Montes, com cerca de 24% do total de explorações agrícolas do Continente, é a mais representativa, sendo o Algarve, com apenas 5%, a menos representativa. Apesar de a classe de SAU dominante em qualquer uma das regiões ser a de pequena dimensão, na região do Alentejo verifica-se uma divisão mais homogénea, em que as explorações de média dimensão representam um terço do total e as de grande dimensão cerca de 23%.

Taxas de crescimento médio anual do número de explorações por região 2,0 1,0 0,0 - 2.0 (%) - 3,0 - 4,0 - 5.0 - 6,0 - 7,0 Continente **Entre Douro** Trás-os Beira Litoral Beira Interior Ribatejo e Alentejo Algarve Açores Madeira ■ 1989-1999 ■ 1999-2009 ■ 2009-2013 ■ 2013-2016

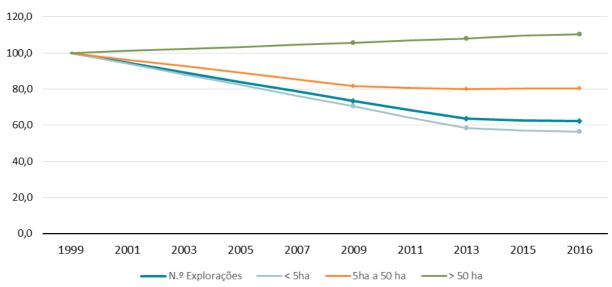
Fonte: INE, RA 1989, 1999 e 2009; IEEA 1993, 1995, 1997, 2003, 2005, 2007, 2013 e 2016





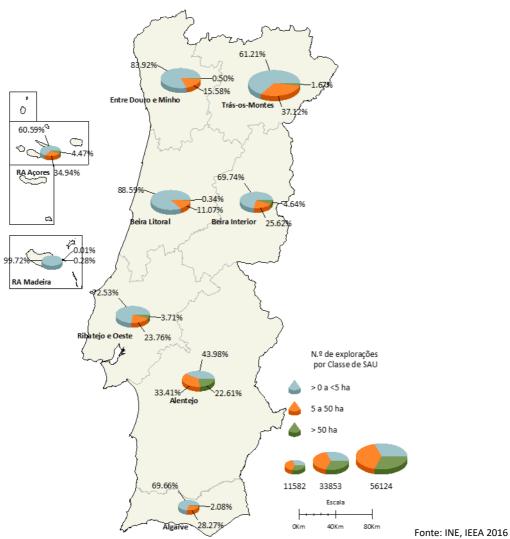


Evolução do n.º de Explorações por classe de área (1999=100)



Fonte: INE, RA 1999 e 2009; IEEA 2013 e 2016

Número de Explorações por classe de SAU - 2016







B. Superfície Agrícola Utilizada

Relativamente à Superfície Agrícola Utilizada (SAU), verificou-se uma estabilização na sua evolução, como consequência do abrandamento que já se havia registado no período 2009-2013. Assim, enquanto em 2013 se havia verificado uma perda de 26,5 mil ha de SAU (-0,7%) face a 2009, no IEAA 2016 contabiliza-se um aumento em 100 ha de SAU face a 2013. Relativamente a 1999, verificou-se um decréscimo de -5,7% da SAU. A SAU representa 39,5% da superfície territorial portuguesa.

Em 2016, a SAU média das explorações subiu para 14,1 hectares (+0,3 ha do que em 2013). Em 1999 era de 9,3 hectares, tendo passado para os 12 hectares em 2009.

Apesar de se ter registado uma diminuição do número de explorações e da SAU da classe <5ha, a SAU média destas aumentou ligeiramente, o que não se verificou nas explorações de média e grande dimensão, cujo aumento da SAU não foi proporcional ao do número de explorações, levando a uma diminuição da respetiva SAU média. Assim, o aumento da SAU média das explorações justifica-se principalmente pelo desaparecimento de pequenas explorações.

Continuou a verificar-se uma distribuição assimétrica da SAU pelas explorações, com elevada concentração da superfície num número limitado de explorações. As explorações com mais de 50 hectares, que são apenas 4,2% do total das explorações, representam em 2016 mais de dois terços da SAU (66,9%), enquanto no lado oposto as pequenas explorações, que representam 71,5% do total, significam apenas 9,1% da SAU.

Apesar da estabilização já referida na SAU, na análise regional verifica-se uma variação de -7,5% na região agrária de Entre Douro e Minho (-16,1 mil hectares) e -2,2% no Alentejo (-42,3 mil hectares), que superam o crescimento da SAU nas restantes regiões das quais merece destaque a variação de 5,3% em Trás-os-Montes (+22,7 mil hectares) e 4,2% na Beira Interior (+14,5 mil hectares). Estas variações refletem-se na diminuição da SAU no Continente em cerca de 4,7 mil hectares, no período 2013-2016.

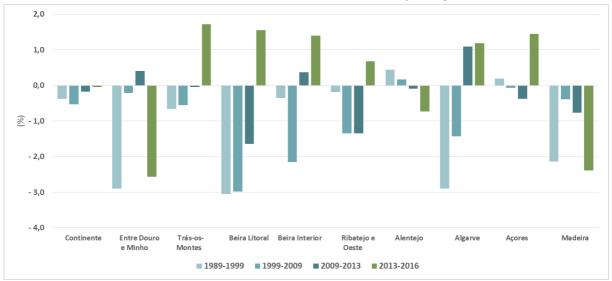
O aumento da SAU na Região Autónoma dos Açores em 5,2 mil hectares (4,4%) acaba por compensar a perda contabilizada no Continente e fazer o valor de 2016 ser praticamente igual ao de 2013.





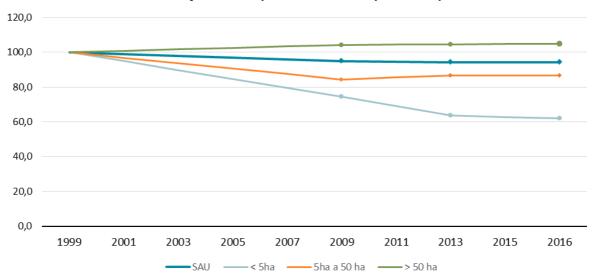


Taxas de crescimento médio anual da SAU por região

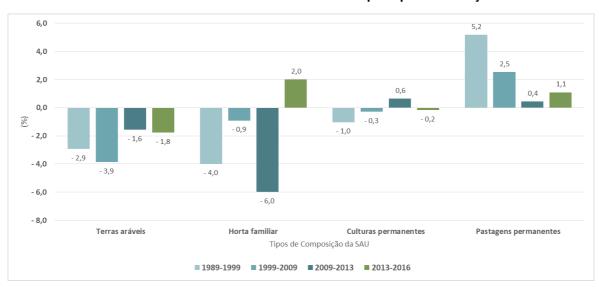


Fonte: INE, RA 1989, 1999 e 2009; IEEA 1993, 1995, 1997, 2003, 2005, 2007, 2013 e 2016

Evolução da SAU por classe de área (1999=100)



Taxas de crescimento médio anual da SAU por tipo de utilização



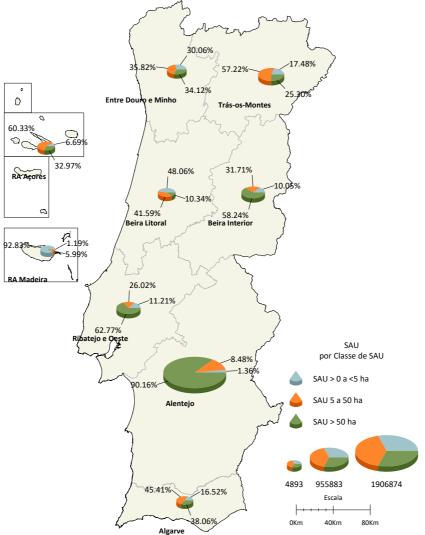




AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

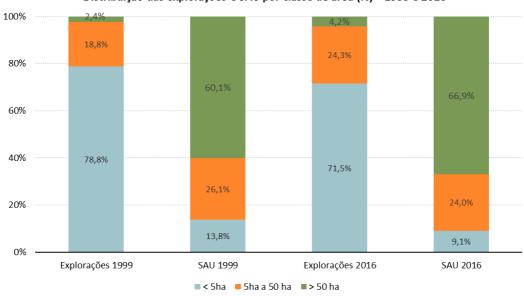
MAR

SAU por classe de SAU - 2016



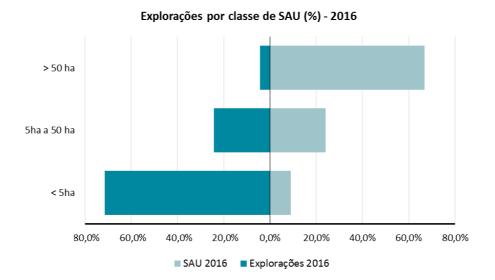
Fonte: INE, IEEA 2016

Distribuição das explorações e SAU por classe de área (%) - 1999 e 2016









Fonte: INE, IEEA 2016

C. Superfície Agrícola Não Utilizada

A Superfície Agrícola Não Utilizada (SANU) voltou a decrescer e pela primeira o seu registo é inferior a 100 mil hectares. Em 2016 foram contabilizados 98,5 mil hectares, o que significa um decréscimo de 2,5% face aos 101 mil hectares de 2013, -22,9% relativamente aos 127,7 mil ha de 2009 e - 51,5% aos 202,9 mil ha de 1999.

A diminuição das áreas com potencial para uso agrícola que não estão aproveitadas nesse sentido é um indicador positivo.

D. Natureza Jurídica do Produtor Agrícola

O Produtor Singular é a natureza jurídica do produtor agrícola dominante, representando 95% do total das explorações. Contudo, merece destaque o aumento do número de sociedades, tendência que se vem mantendo dos períodos anteriores e que, em 2016, representa 4,4% do total face a 1,3% em 1999, reflexo de uma variação de 107,1% entre estes anos. A taxa de crescimento anual médio das sociedades de 2013 para 2016 foi de 4,57%, enquanto no período anterior, de 2009 para 2013, foi de 10,13%. Esta forma jurídica, apesar de ter pouca representação no total das explorações (4,4%) tem cada vez mais importância, uma vez que explora 32,8% da SAU total.





Acresce referir que o número de sociedades aumentou, até nas explorações com menos de 5 hectares de SAU, embora cerca de 92% da sua SAU pertença a explorações com mais de 50 hectares.

O número de produtores singulares decresceu 2,9% entre 2013 e 2016, associado sobretudo à quebra das pequenas e grandes explorações.

E. Dimensão Económica das Explorações Agrícolas

O IEEA 2016 contabiliza mais de 5,1 mil milhões de euros de Valor de Produção Padrão Total (VPPT), o que significa uma variação de 14,1% face a 2013. A diminuição em cerca de 5,4 mil explorações e o aumento do VPPT em cerca de 621 milhões de euros contribuíram para que a Dimensão Económica (DE) das explorações aumentasse de 17,1 mil euros em 2013 para 19,9 mil euros em 2016, o que corresponde a uma variação de +16,4%.

As explorações muito pequenas, que geram individualmente um valor produtivo inferior a 8 mil euros/ano, representam 72,8% do total e contribuem com apenas 489 milhões de euros de VPPT, o que corresponde a 9,5% do total. Do outro lado da balança, estão as explorações grandes, que geram mais de 100 mil euros/ano e que, apesar de serem apenas 3,9% do total de explorações, contribuem com cerca de 3,1 mil milhões de euros, correspondentes a cerca de 60% do VPPT.

As explorações de maior DE são as que se localizam na NUTS II da Área Metropolitana de Lisboa que geram em média 52,9 mil euros e a de menor dimensão é a RA Madeira com apenas 7,3 mil euros. No Continente, a NUTS II do Norte é a de menor dimensão com 11,7 mil euros, o que revela uma assimetria substancial. Em termos de VPPT gerado, o Alentejo representa um terço do total do país e cerca de 79% do seu valor provém das explorações grandes. A AML e o Algarve apenas representam 5,6% e 4,6% do VPPT, respetivamente.

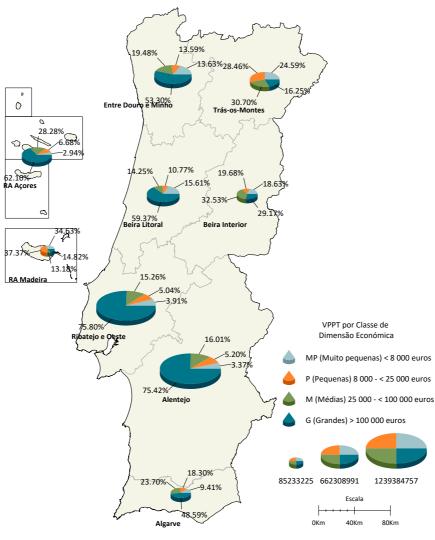
Ao nível administrativo da região agrária, é no Alentejo e no Ribatejo que a classe de grande dimensão económica tem maior relevância, com mais de 75% das suas explorações nela integradas, representando 59,8% do VPPT desta classe e 35,8% do VPPT do país. As explorações de grande dimensão económica contabilizam cerca de 60% do VPPT do país e as muito pequenas apenas 9,5%.





AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

VPPT por classe de Dimensão Económica - 2016



Fonte: INE, IEEA 2016

F. Orientação Técnico Económica das Explorações Agrícolas

A análise das explorações agrícolas segundo a Orientação Técnico Económica (OTE) aponta para a especialização da agricultura portuguesa, dado que 70,2% das explorações eram especializadas (mais de dois terços do VPP total da exploração provinha de apenas um tipo de atividade) e contribuíam para 88,1% do VPPT nacional.

As explorações com orientações indiferenciadas ou combinadas contribuíam com apenas 11,9% para o VPPT nacional.

O IEEA 2016 indica a região de Trás-os-Montes como a que tem mais explorações especializadas no país (cerca de 76% do total da região) e as regiões de Entre o Douro e Minho e da Beira Litoral como as que têm maior concentração de explorações mistas.







II. OCUPAÇÃO CULTURAL

A superfície total das explorações agrícolas (área total = SAU + SANU + Superfície Florestal + Outras superfícies) é de aproximadamente 4,6 milhões de hectares e ocupava 50,6% do território nacional. A SAU representa 39,5% do território português e 78,1% da área total das explorações agrícolas.

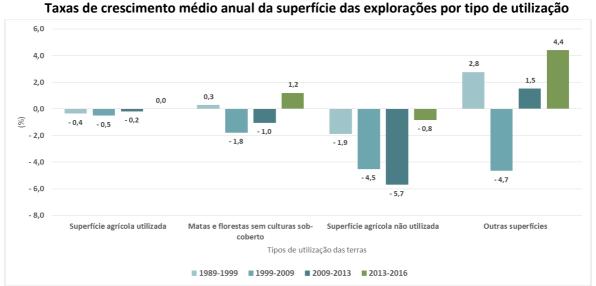
As pastagens permanentes correspondiam a 51,5% da SAU, as terras aráveis a 28,6% e as culturas permanentes a 19,4%.

A ocupação cultural sofreu uma grande alteração de 1999 para 2009, com a diminuição das terras aráveis e o aumento da superfície das pastagens e prados permanentes.

A tendência de decréscimo das terras aráveis e aumento das pastagens permanentes manteve-se até 2016. Este decréscimo ficou a dever-se à redução do pousio (-24,4%) e da superfície de cerais para grão.

A superfície das culturas permanentes diminuiu cerca de 2,5 mil hectares (-0,4%) entre 2013 e 2016, destacando-se o abandono de 15 mil hectares de olival e o aumento da área de fruticultura, no qual se evidencia os contributos do ProDeR e do PDR2020. As culturas permanentes que registaram as maiores variações foram os frutos pequenos de baga (+392,3%), tal como sucedera já no período anterior.

As pastagens permanentes registaram um aumento da superfície de 3,3%. Este aumento deveu-se a um aumento das pastagens pobres (7,5%) e das pastagens semeadas (29,4%).



Fonte: INE, RA 1989, 1999 e 2009; IEEA 1993, 1995, 1997, 2003, 2005, 2007, 2013 e 2016





III. ÁREA REGADA

A área regada diminuiu -1,2% face a 2013, invertendo a tendência do período anterior. As 126,5 mil explorações regadas correspondem a 48,9% do total e a 474 mil hectares, que representam 13% da SAU e 86,5% da superfície irrigável.

Apesar do predomínio da área exclusivamente de sequeiro (59,4% da SAU), o VPPT destas explorações é de apenas 34,9% do total. Inversamente, as áreas que são principalmente ou predominantemente de regadio e que no seu conjunto são apenas 10,9% da SAU, representam 36,2% do VPPT.

IV. EFETIVOS ANIMAIS

Entre 2013 e 2016, não se verificaram alterações significativas do número de explorações agrícolas com animais (aumento de 1,1%). Esta situação resultou do decréscimo do número de explorações com suínos (-2,3%) e com caprinos (-6,4%) e de um aumento das explorações com bovinos (6,5%) e com ovinos (3,9%).

A dimensão dos efetivos totais para estas quatro espécies aumentou face a 2013, de forma mais significativa nos bovinos (11,3%) e nos ovinos (6,4%).

V. POPULAÇÃO AGRÍCOLA E MÃO-DE-OBRA

A população agrícola familiar, que representava 6,1% da população residente em Portugal, decresceu 20,8% relativamente a 2009. Apenas 13,9% destes indivíduos trabalhavam na exploração a tempo completo.

Entre 2013 e 2016, verificou-se um ligeiro aumento da idade média do produtor agrícola singular, que passou dos 64 para os 65 anos.

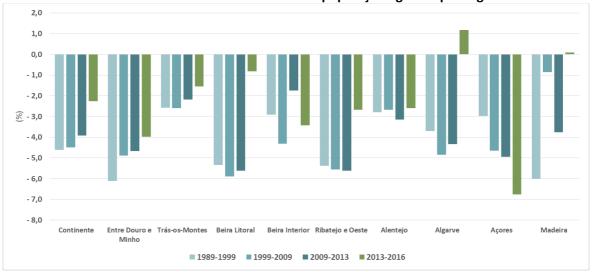
No que respeita à fonte de rendimentos dos agregados domésticos dos produtores cerca de 2/3 recebiam pensões e reformas.



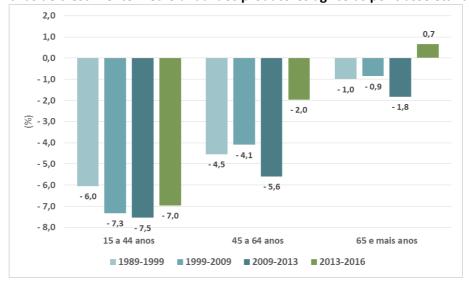


AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL





Taxas de crescimento médio anual dos produtores agrícolas por classe etária



Estrutura etária dos Produtores Agrícolas 1989-2016



Fonte: INE, RA 1989, 1999 e 2009; IEEA 1993, 1995, 1997, 2003, 2005, 2007, 2013 e 2016

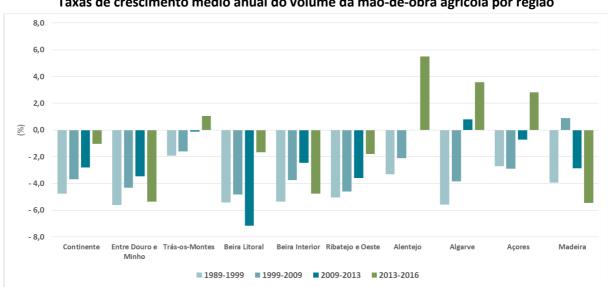




Apenas 6,1% dos produtores singulares declararam que a origem do rendimento do seu agregado doméstico era exclusivamente da atividade da exploração. Já em 2013 este valor era 6,2%, sendo de 6% em 2009 e de 8% em 1999.

Em 2016, foram contabilizados cerca de 77 mil trabalhadores permanentes assalariados, o que significa um aumento de 20,5% face a 2013 e de 53,3% em relação a 2009. Destes, 14 mil desempenham funções de dirigente e 41,2 mil estão a tempo completo na atividade.

A mão-de-obra agrícola baseia-se essencialmente na estrutura familiar (72,2% das UTA de 2016), em particular o produtor singular que contribui com 39,8% das UTA de 2016.



Taxas de crescimento médio anual do volume da mão-de-obra agrícola por região

Fonte: INE, RA 1989, 1999 e 2009; IEEA 1993, 1995, 1997, 2003, 2005, 2007, 2013 e 2016

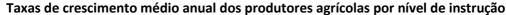
No setor agrícola, tem-se assistido à diminuição do volume de trabalho (-13,4% entre 2009 e 2016) e simultaneamente à melhoria dos indicadores laborais relacionados com a produtividade (expressa em VPPT por UTA) e com a eficiência do trabalho (medida em UTA por hectare de SAU e por Cabeça Normal - CN).

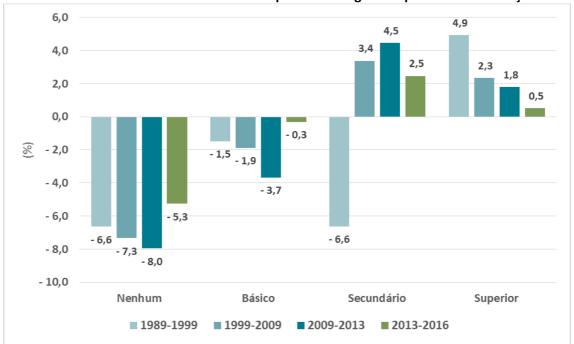
As sociedades agrícolas, devido à maior dimensão e profissionalização, apresentam indicadores laborais mais competitivos, pois geram um VPPT por UTA mais elevado e, para atividades idênticas, recorrem a um menor volume de mão-de-obra.

No que se refere ao nível de escolaridade dos produtores singulares, tem-se verificado uma melhoria gradual.

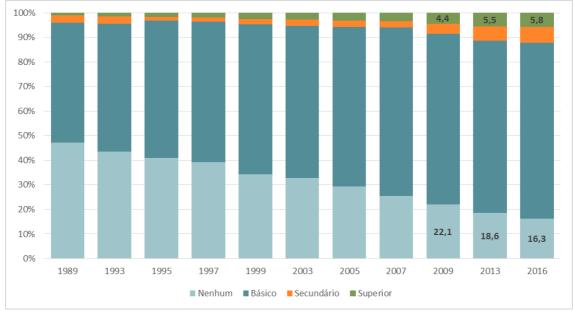








Estrutura dos produtores agrícolas por nível de escolaridade completo 1989-2016



Fonte: INE, RA 1989, 1999 e 2009; IEEA 1993, 1995, 1997, 2003, 2005, 2007, 2013 e 2016

VI. ATIVIDADES LUCRATIVAS NÃO AGRÍCOLAS DA EXPLORAÇÃO

A produção florestal, com recurso a mão-de-obra, maquinaria e equipamentos da exploração, destaca-se como a principal atividade complementar da atividade agrícola da exploração.





A produção de energias renováveis foi a atividade lucrativa não agrícola da exploração que maior evolução registou face a 2009, com um aumento de 473,9%.

Apenas 6,1% das explorações desenvolveram atividades complementares à agricultura, designadamente turismo rural, transformação de produtos agrícolas, produção florestal, prestação de serviços, produção de energias renováveis.

VII. CONTINUIDADE DA ATIVIDADE AGRÍCOLA

Desde 2009 que um número significativo de pequenos agricultores abandonou a atividade, no entanto 95,1% afirmaram que preveem continuar na exploração agrícola nos próximos dois anos.

Os principais motivos apontados para a continuidade da atividade agrícola são o valor afetivo (49,3%), o complemento ao rendimento familiar (31,3%), sendo a viabilidade económica referida por apenas 9,3% dos agricultores. Já em 2009 estes eram os motivos para a continuidade na atividade agrícola apresentados pelos agricultores.

A viabilidade económica tem maior importância nas explorações de grandes dimensões, nas quais é o principal motivo apontado para a continuidade (61,9%).





ANEXO

Principais conceitos

Exploração Agrícola: unidade técnico-económica que utiliza fatores de produção comuns, tais como: mão-de-obra, máquinas, instalações, terrenos, entre outros, e que deve satisfazer obrigatoriamente as quatro condições seguintes:

- produzir produtos agrícolas ou manter em boas condições agrícolas e ambientais as terras que já não são utilizadas para fins produtivos;
- atingir ou ultrapassar uma certa dimensão (área, número de animais);
- estar submetida a uma gestão única;
- estar localizada num local bem determinado e identificável.

Produtor agrícola: responsável jurídico e económico da exploração, isto é, a pessoa física ou moral por conta e em nome da qual a exploração produz, retira os benefícios e suporta as perdas eventuais, tomando as decisões de fundo relativas ao sistema de produção, investimentos, empréstimos, etc.

Produtor singular autónomo, se permanente e predominantemente, utiliza a atividade própria ou de pessoas do seu agregado doméstico na sua exploração, com ou sem recurso excecional ao trabalho assalariado.

Produtor singular empresário, se permanente e predominantemente, utiliza a atividade de pessoal assalariado na sua exploração.

Superfície Agrícola Utilizada (SAU): constituída pelas terras aráveis (limpa e sob coberto de matas e florestas), culturas permanentes, pastagens permanentes e horta familiar.

Superfície Agrícola Não Utilizada (SANU): superfície da exploração anteriormente utilizada como superfície agrícola, mas que já o não é por razões económicas, sociais ou outras. Não entra em rotações culturais. Pode voltar a ser utilizada recorrendo aos meios geralmente disponíveis na exploração.

Valor da Produção Padrão (VPP) de uma atividade agrícola é o valor de produção correspondente à situação média da cada atividade agrícola, numa dada região.

Valor da Produção Padrão Total (VPPT) da exploração corresponde à soma dos diferentes VPP obtidos para cada atividade, multiplicando-se os VPP unitários pelo número de unidades existentes dessa atividade na exploração (de área ou de efetivo pecuário).





Dimensão Económica (DE) é definida com base no VPPT da exploração, sendo expressa em euros e serve para classificar as explorações em:

- Explorações muito pequenas: DE inferior a 8 000 euros
- Explorações pequenas: DE superior a 8 000 e inferior a 25 000 euros
- Explorações médias: DE superior a 25 000 e inferior a 100 000
- Explorações grandes: DE superior a 100 000

Orientação Técnico-Económica (OTE) de uma exploração determina-se, avaliando a contribuição de cada atividade para a soma do VPPT dessa exploração, podendo distinguir-se duas fases:

1º Fase: Calcula-se o VPPT pela valorização das superfícies das culturas agrícolas e dos efetivos animais da exploração, a partir das VPP estabelecidas regionalmente para as diferentes produções vegetais e animais.

2ª Fase: Afeta-se a exploração a uma classe de OTE, em função do peso relativo do contributo, em valor, de cada produção vegetal ou animal para o VPPT.

Superfície regada: superfície agrícola da exploração ocupada por culturas temporárias principais, culturas permanentes e prados e pastagens permanentes (exclui a horta familiar e as estufas) que foram regadas pelo menos uma vez no ano agrícola.

População agrícola familiar: conjunto de pessoas que fazem parte do agregado doméstico do produtor (singular), quer trabalhem ou não na exploração, bem como outros membros da família que, embora não pertencendo ao agregado doméstico, participam regularmente nos trabalhos agrícolas da exploração.

Unidade de Trabalho Ano (UTA): unidade de medida equivalente ao trabalho de uma pessoa a tempo completo realizado num ano.